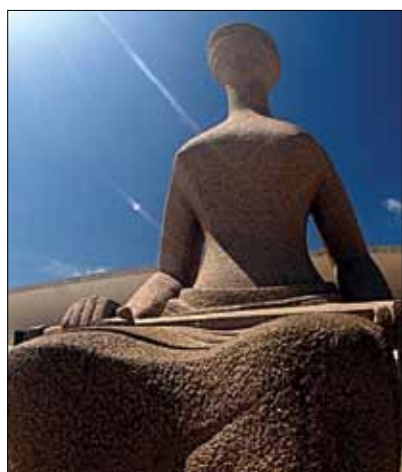


Assembleia e Conselho de Base debatem pauta emergencial e plano de carreira

Eventos acontecem na sede do Sintrajud a partir das 9h30 de sábado, 21 de setembro - Pág. 3



STF discrimina servidores e envia projeto de lei prevendo reajuste somente para juízes - pág 4



Aumento do índice de custo de vida já corrói 40% do salário dos servidores - pág 4 e 5



Plenária aprova plano de lutas, assembleias nos estados e debate de carreira - pág 5



Estão abertas as inscrições para a eleição da nova diretoria de base do Sintrajud - pág 8



30.08.2013 – Em Dia Nacional de Paralisações, convocado pela CSP-Conlutas e outras centrais sindicais, trabalhadores defendem investimentos em serviços públicos. O respeito à data-base e a anulação da Reforma da Previdência - aprovada quando era operado o 'mensalão' - também foram reivindicados. Houve paralisações em várias cidades do país.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Não ao ataque à Síria! Abaixo o regime assassino de Assad

Waldo Mermelstein*

O povo sírio vive um momento dramático e necessita da solidariedade internacional. Há mais de dois anos, junto com os levantes ocorridos no mundo árabe, a juventude síria começou a se rebelar contra um regime que respondeu reprimindo com armas pesadas e milícias assassinas.

São mais de 150 mil mortos e mais de dois milhões de refugiados, entre os quais milhares de palestinos de Yarmouk, que era o maior campo de refugiados da diáspora palestina. O levante teve que se armar e disso se aproveitaram potências regionais (ligadas aos governos imperialistas) como Arábia Saudita, Qatar e Turquia para tentar influir na oposição ao regime, direcionando a ajuda aos que seguiam a sua orientação, diminuindo, mas não eliminando as centenas de comitês populares locais que começaram a luta. Alguns milhares de jihadistas estão no terreno, chocando com os demais setores da oposição. Nas semanas

precedentes, o regime aparentemente realizou mais um ataque com armas químicas, desta vez em grande escala. Obama ameaça bombardear alvos na Síria. Frente a esse quadro há legítimas perguntas:

1) O regime de Assad é um regime progressista e a rebelião faz parte de uma conspiração contra ele? Não. Há muito que a família Assad massacra seu povo: em 1982, matou 40 mil pessoas em Hama, mantém uma repressão brutal a toda organização popular, nos anos 90 começou uma abertura neoliberal, colaborou com a CIA para acolher presos e mantém uma fronteira seguríssima para Israel. Mesmo que fosse verdade a fantasia sobre as virtudes do regime, nada justificaria o massacre de seu próprio povo.

2) A participação de potências regionais e de jihadistas torna ambos os lados iguais nessa guerra civil? Isso não eliminou a rebelião de milhões de sírios, apenas tornou mais complexa e não menos justa a luta e exige que haja ainda mais independência dos comitês de luta locais. O fato de não ser hege-

monizada por forças claramente de esquerda não justifica a omissão, apenas dificulta a luta e torna mais urgente que nunca a criação de alternativas progressistas.

3) É positivo o ataque americano? A experiência mostrou o contrário e cada vez menos se acredita, mesmo dentro da Síria, nas benesses de um ataque. Ele certamente vitimará a população civil, dada a densidade populacional do país e o regime utilizará a agressão para ser ainda mais sanguinário e posar como vítima. Os EUA não estão interessados em derrubar o regime, mas em negociar um acordo com ele para manter a presença em uma região tão vital do ponto econômico e geopolítico.

4) Então, como ajudar a rebelião? A saída mais correta é exigir que os governos do mundo rompam relações com Assad, abram suas fronteiras para os refugiados e enviem armas e remédios para os comitês locais sírios! Isso é o que o povo sírio necessita para ajudá-lo a liquidar o ditador.

*Waldo é servidor do TRF-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 38ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a **38ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 21 de setembro do ano corrente, a partir das 9h30 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15º andar, Centro, São Paulo/SP.** PAUTA: 1. Debate sobre organização por local de trabalho; 2. Eleição da Diretoria de Base; 3. Retomada da discussão de carreira

A participação é aberta a todos os servidores, mas buscando garantir melhor organização e funcionamento no dia do evento, pede-se confirmação prévia de presença até o dia 19/09 (quinta-feira), às 15h, pelo telefone: (11) 3222-5833, na secretaria e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br.

São Paulo, 6 de setembro de 2013.

Adilson Rodrigues Santos - Coordenador Geral
Cléber Borges de Aguiar - Coordenador Financeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 21 de setembro do ano corrente, a partir das 16h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, com qualquer número.**

A assembleia será realizada na sede do Sintrajud, Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar, Centro.

PAUTA:

1. Campanha Salarial de Emergência;
2. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 6 de setembro de 2013.

Adilson Rodrigues Santos - Inês Leal de Castro
Coordenadores Gerais

Conselho de Base e assembleia debatem plano de carreira e pauta emergencial

Eventos acontecem no sábado, 21 de setembro. A participação é aberta a todos, mas, para melhor organização, o Sindicato pede confirmação de presença

Por Caê Batista

Sábado, 21 de setembro, os servidores têm um compromisso com a retomada da mobilização pela pauta emergencial da categoria e com o início do debate sobre plano de carreira.

Às 9h30 começa o Conselho de Base do Sintrajud, que acontece na sede da entidade – Rua Antonio de Godoy, 88, 15º. Serão três pontos de debate: 1) organização no local de trabalho, 2) Diretoria de Base e 3) retomada da discussão do plano de carreira.

A participação é aberta a todos os servidores, porém, para melhor organização, o Sindicato pede que os participantes confirmem previamente a presença até a quinta-feira, 19, pelo telefone (11) 3222-5833, ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br.

Os três pontos de pauta foram definidos a partir da necessidade de retomar a organização por local de trabalho, e pela proximidade da eleição da Diretoria de Base. Com inscrições abertas até o dia 12, essa eleição vai reforçar o elo entre a categoria e os locais de trabalho (Leia mais na página 8).

Na opinião de Romeu Meireles, servidor da Justiça Trabalhista, a direção de base é o “sindicato em cada local de trabalho”. E neste ponto reside a sua importância: “A Direção de Base é o vaso capilar do Sindicato, que não está restrito à sede, que fica no centro da cidade. O Diretor de Base é o sindicato de verdade!”, sustenta. Além da organização por local de trabalho,



Março.2013 - Servidores participam do 37º Conselho de Base do Sintrajud

a elaboração de Plano Carreira começará a ser debatida neste Conselho de Base. O tema foi apresentado no 8º Congregufe, realizado em Minas Gerais, no final de abril. O debate nos estados levantará informações fundamentais para o seminário sobre carreira, que acontece em 12 e 13 de outubro, em Brasília.

Assembleia debaterá mobilização por reposição salarial

Às 16h de sábado, 21, começa a assembleia geral do Sintrajud. Ela terá o desafio de definir os próximos passos da categoria na retomada da mobilização pela pauta salarial emergencial.

Com o Projeto de Lei Orçamentária sendo debatido na Comissão Mista de Orçamento (CMO), os servidores começam a se movi-

mentar para tentar garantir, ao menos, três reivindicações emergenciais: antecipação da última parcela do reajuste, reenquadramento e os recursos necessários para que os técnicos com graduação superior recebam Adicional de Qualificação (AQ).

A julgar pelo texto encaminhado pelo Executivo à CMO, os servidores terão bastante trabalho. Como você lerá nesta página, nenhuma dessas três reivindicações está contemplada na peça encaminhada pelo governo Dilma Rousseff (PT) ao Congresso.

“Não podemos mais aceitar esse descaso do governo Dilma e essa omissão do Judiciário com a nossa situação salarial”, argumenta Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud, ao chamar a categoria para participar da assembleia.

Governo volta a mexer no orçamento do Judiciário e AQ de técnicos é excluída

Projeto de orçamento enviado por Dilma ao Congresso não traz recursos nem para o PL 319 e nem para o reenquadramento na tabela; servidores preparam reação

Por Hélcio Duarte Filho

O governo federal voltou a mexer na proposta orçamentária do Poder Judiciário e excluiu a previsão de recursos extras para pagar o adicional de qualificação (AQ) dos técnicos judiciários, de acordo com o que é proposto no PL 319/2007. O Projeto de Lei Orçamentária enviado pela presidenta Dilma Rousseff ao Congresso também não prevê a correção no enquadramento da tabela salarial solicitada pelos servidores, aos moldes do que foi aprovado no Conselho Nacional do Ministério Público.

O PL 319 e o reenquadramento estiveram na pauta de negociações tratada por dirigentes da federação nacional (Fenajufe) com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, no dia 26 de agosto. Ambos foram apontados como demandas com perspectivas de avanços.

A desconsideração das reivindicações dos servidores no orçamento será debatida no Conselho de Base e na assembleia que acontecem em 14 de setembro, na sede do Sintrajud. Na primeira

quinzena deste mês, a categoria realizará rodadas de assembleias nos estados para debater e preparar o provável dia de manifestações de 3 de outubro. A decisão foi tomada na 18ª Plenária Nacional da Fenajufe.

O requerimento pelo reenquadramento está ainda sob análise da assessoria jurídica do STF. Já sobre os recursos para que o PL 319 possa ser aplicado em 2014, caso convertido em lei, o diretor-geral do Supremo, Miguel Fonseca, informou que negociava o aval do Planalto diretamente com a secretária de Orçamento do Planejamento, Célia Corrêa - que, aliás, acaba de deixar o cargo. O PL 319 é de autoria do Supremo e concede o direito ao adicional de qualificação aos técnicos que possuam curso de graduação superior.

Reunião com diretor-geral

A reportagem do LutaFenajufe Notícias apurou com uma fonte do Supremo que a negociação entre o STF e o Planejamento não avançou e o governo voltou a modificar a proposta orçamentária do Judiciário, o que é proibido pela Constituição Federal. “Mais uma vez os servi-

dores são desrespeitados e o governo interfere no orçamento de outro poder”, critica Cléber Aguiar, servidor do TRF de São Paulo e dirigente da Fenajufe. Ele observa que tal ilegalidade se tornou uma regra, praticada sem uma reação efetiva do STF. O Executivo excluiu das propostas orçamentárias do Judiciário nos últimos anos as previsões para a reestruturação do PCS-4 dos servidores (PL 6613/2009).

O coordenador da federação alerta que a conformação do orçamento da União para 2014 aponta para a rejeição de todas as reivindicações dos servidores - dentre elas a antecipação da parcela da GAJ de 2015 para janeiro próximo - e que só uma forte reação da categoria pode reverter esta tendência. “Precisamos pressionar o governo e o STF”, defende. Como o Projeto de Lei Orçamentária e a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda tramitam no Congresso, é possível alterá-las e incluir a pauta dos servidores. É isso que dirigentes da Fenajufe, que devem ser recebidos pelo diretor-geral do Supremo, na sexta-feira (6), às 15 horas, prometem cobrar da cúpula do Poder Judiciário.

O Sintrajud está iniciando uma campanha de combate ao assédio moral. A primeira atividade será um debate com a especialista no tema Terezinha Baiana, dia 19, na sede do sindicato, às 19h30. Na data começará a ser distribuída a nova cartilha da entidade sobre Assédio Moral. Participe!

Vem aí o torneio de futebol do Sintrajud! As inscrições estarão abertas a partir de 16 de setembro. O campeonato começa em 8 de outubro

Mais uma vez, STF discrimina servidores e envia projeto de lei prevendo reajuste somente para juizes

Presidente do STF envia projeto que amplia reajuste de ministros 3 dias após negar antecipar GAJ a servidores; é preciso superar descaso, diz dirigente da Fenajufe

Por Caê Batista e Helcio Duarte

Apesar da surpresa inicial, poucas pessoas poderiam esperar outra postura do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, que enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei prevendo reajuste salarial apenas para os magistrados. Mesmo que a iniciativa tenha acontecido 72 horas após a Federação Nacional - Fenajufe - ter cobrado empenho do ministro em buscar medidas que amenizassem a grave situação salarial dos servidores do Judiciário.

Ao enviar o projeto de lei dos juizes ao Legislativo, acrescentando mais 4,06% ao índice a ser aplicado em janeiro de 2014, fechando os olhos para toda a categoria do Judiciário, Barbosa seguiu o mesmo caminho trilhado por seus antecessores. Ele ouviu as reivindicações, disse ter dificuldades, mas sequer aventou a possibilidade de exigir do Poder Executivo o respeito Constitucional à independência orçamentária e financeira do Poder Judiciário em defesa dos trabalhadores.

E isso porque a categoria está reivindicando apenas a antecipação da última parcela do reajuste, o reenquadramento da tabela - para garantir a isonomia entre todos os servidores do Poder Judiciário - e a garantia de Adicional de Qualificação (AQ) para os técnicos com graduação superior. São medidas que ajudam a amenizar a situação, mas não superam os problemas salariais, resalta Adilson Rodrigues, coordenador do Sintrajud e diretor da Fenajufe, que esteve na audiência com Barbosa, em 26 de agosto.

Embora as reivindicações de reenquadramento e de garantia de AQ para os técnicos tenham sido recebidas com mais receptividade pelo presidente do STF, não houve por parte de Barbosa nenhuma garantia de que serão implementadas. Inclusive porque para isso é necessário que haja previsão no orçamento do ano que vem.

Já em relação à antecipação da GAJ, Barbosa disse ver mais dificuldades: "Ele falou que seria difícil [antecipar a GAJ], mas quando foi fácil para os servidores? Tudo o que conquistamos tivemos que arrancar na marra, como teremos que fazer agora, superando o descaso [do STF]", resalta Adilson.

Para o dirigente, existe a necessidade de os trabalhadores do Judiciário encaminharemos o plano de



26.08.2013 - Em audiência com presidente do STF, servidores reivindicam antecipação das parcelas

lutas e o calendário de mobilização aprovados na plenária nacional realizada em Brasília (ler mais nas páginas 3 e 5), que apontam, dentre outras iniciativas, uma rodada de assembleias nos estados, na primeira quinzena de setembro, para organizar a mobilização.

Haja paciência para tanto descaso

Na audiência, realizada em 26 de agosto, Barbosa pediu paciência aos dirigentes sindicais, pois via muita dificuldade no cenário

do país para antecipar a terceira parcela do reajuste do aumento da gratificação (GAJ) para janeiro do ano que vem, como reivindica nacionalmente a categoria.

Após enviar o projeto de lei - que ainda não tem previsão orçamentária -, Barbosa argumentou que a inflação oficial em 2012 ficou acima do que se esperava à época da definição do reajuste, no ano passado. O argumento só reforçou a indignação dos servidores por um motivo óbvio: a inflação que pesa

sobre os vencimentos da magistratura, também está corroendo os salários dos servidores.

E foi justamente este o argumento apresentado sem sucesso pelos servidores ao ministro para defender a antecipação da GAJ - o crescimento das perdas salariais em decorrência da inflação. O último reajuste concedido aos servidores antes da negociação do ano passado foi em 2006. De lá para cá, a inflação corroeu os salários em cerca de 40%. (Veja matéria abaixo)

Plenária aprova plano de lutas e calendário que prevê assembleias nos estados e debate de carreira

18ª Plenária da Fenajufe reuniu servidores de todo o país e aprovou plano de lutas para unir a categoria para defender direitos e enfrentar ataques do governo

Por Hélcio Duarte Filho, enviado a Brasília

"Dilma, eu não aguento, eu quero o meu aumento". Cantando essa palavra de ordem os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União encerraram a 18ª Plenária da Fenajufe, no domingo (25), em Brasília. A atividade 'concluiu' os debates e as votações do 8º Congrejufe, o congresso nacional da categoria, realizado no final de abril.

Ao longo de três dias, os servidores aprovaram um plano de lutas e um calendário inicial de mobilizações que buscam unificar a categoria para enfrentar, junto com os demais setores dos serviços públicos, os ataques do governo Dilma Rousseff (PT), e exigir que ela aceite negociar com o funcionalismo. E pressionar os tribunais superiores a atender as reivindicações da categoria - relacionadas tanto à grave situação salarial, quanto às condições de trabalho e à defesa dos serviços públicos.

Rodada de assembleias

Os servidores definiram participar das manifestações do Dia Nacional de Paralisações (30 de agosto). Marcaram ainda uma rodada de assembleias nos estados na primeira quinzena de setembro, para ajudar a articular nacionalmente a luta pela antecipação das últimas parcelas de aumento das gratificações, pelo reenquadramento na tabela salarial, pela



24.08.2013 - 18ª Plenária da Fenajufe

fixação da data-base em maio, pelo aumento de benefícios e a instalação de comissão paritária no STF para elaborar uma proposta de plano de carreira, dentre outros pontos da pauta aprovada.

Seminário Carreira

A 18ª Plenária aprovou realizar nos dias 12 e 13 de outubro um seminário nacional para debater propostas para um plano de carreira que contemple as reivindicações do conjunto da categoria. Nesta data será instalado o grupo de trabalho permanente da Fenajufe que se dedicará a estudar as questões relacionadas às carreiras do Judiciário

Federal e do MPU.

Integram ainda o calendário a convocação de uma reunião ampliada da direção da federação para 9 de novembro e a realização, antes disso, de um novo dia nacional de protestos em 3 de outubro - data que pode ser readequada a depender do calendário geral das mobilizações das centrais sindicais.

A proposta de convocar um ato no TSE em 11 de outubro, para cobrar respostas à isonomia entre chefes de cartório da capital e do interior, foi remetida para debate nos estados. A partir do resultado desta consulta, a federação, que volta a se reunir em 28 e 29 de setembro, convocará ou não a atividade.

Inflação corrói 40% do seu salário

Da aprovação do último PCS, em 2006, até julho de 2013, o Índice de Custo de Vida subiu 47,7%. Mesmo que a última parcela do reajuste entrasse no seu contracheque amanhã, haveria uma defasagem na ordem de 14%, revela estudo.

Mesmo que o pagamento da última parcela da GAJ seja antecipado, como reivindicam os servidores do Judiciário Federal, os vencimentos da categoria ainda estariam defasados em relação à inflação acumulada desde 2006, quando fora aprovado o PCS-3. É o que aponta o mais recente estudo da assessoria econômica do Sintrajud.

Realizado pelo economista Washington Moura Lima, o estudo parte da inflação acumulada [medida pelo ICV do Dieese] desde 2006, ano da aprovação do PCS-3, até julho deste ano: 47,7%. E mesmo que a antecipação do reajuste ocorresse na semana que vem, a categoria ainda amargaria uma perda salarial na ordem de 14,24%.

Por exemplo: um técnico classe B e padrão 7 da tabela recebia em 2006 R\$ 5.190,91. Com o reajuste ocorrido no começo deste ano, a sua remuneração passou para R\$ 5.606,19. Entretanto, se o vencimento desse servidor tivesse sido reajustado de acordo com a inflação acumulada, atualmente ele estaria recebendo R\$ 7.666,96. A perda mensal do servidor que está nessa classe e padrão é de R\$ 2.060,77, ou 36,76%, segundo o estudo. Nas tabelas ao lado, você pode comparar o seu salário atual com o que deveria estar recebendo caso a inflação tivesse sido reposta desde 2006. Pode verificar também o valor que você receberá em janeiro de 2015.

	Clas	Pad	Remuneração em Janeiro de 2013	Projeção salarial: Infl. 2006 à jul.2013	Como será o salário em 2015
ANALISTA	C	13	11.271,00	15.414,10	13.219,08
	C	12	10.942,72	14.965,15	12.834,06
	C	11	10.624,00	14.529,27	12.460,25
	B	10	10.314,57	14.106,09	12.097,33
	B	9	10.014,14	13.695,23	11.744,98
	B	8	9.474,12	12.956,70	11.111,62
	B	7	9.198,17	12.579,32	10.787,98
	B	6	8.930,26	12.212,93	10.473,77
	A	5	8.670,16	11.857,21	10.168,70
	A	4	8.417,63	11.511,86	9.872,53
A	3	7.963,70	10.891,07	9.340,14	
A	2	7.731,75	10.573,85	9.068,10	
A	1	7.506,55	10.265,87	8.803,98	

	Clas	Pad	Remuneração em Janeiro de 2013	Projeção salarial: Infl. 2006 à jul.2013	Como será o salário em 2015
TÉCNICO	C	13	6.869,56	9.394,73	8.056,89
	C	12	6.669,47	9.121,10	7.822,22
	C	11	6.475,22	8.855,43	7.594,39
	B	10	6.286,62	8.597,51	7.373,19
	B	9	6.103,51	8.347,10	7.158,44
	B	8	5.774,37	7.896,97	6.772,41
	B	7	5.606,19	7.666,96	6.575,16
	B	6	5.442,90	7.443,65	6.383,65
	A	5	5.284,37	7.226,84	6.197,72
	A	4	5.130,46	7.016,35	6.017,20
A	3	4.853,79	6.637,99	5.692,72	
A	2	4.712,42	6.444,65	5.526,91	
A	1	4.575,16	6.256,94	5.365,93	

	Clas	Pad	Remuneração em Janeiro de 2013	Projeção salarial: Infl. 2006 à jul.2013	Como será o salário em 2015
AUXILIAR	C	13	4.068,42	5.563,93	4.771,61
	C	12	3.893,23	5.324,34	4.566,13
	C	11	3.725,58	5.095,06	4.369,50
	B	10	3.565,15	4.875,65	4.181,34
	B	9	3.411,62	4.665,70	4.001,29
	B	8	3.227,65	4.414,09	3.785,51
	B	7	3.088,66	4.224,01	3.622,50
	B	6	2.955,65	4.042,12	3.466,51
	A	5	2.828,38	3.868,06	3.317,23
	A	4	2.706,58	3.701,49	3.174,38
A	3	2.560,62	3.501,88	3.003,20	
A	2	2.450,36	3.351,08	2.873,88	
A	1	2.344,84	3.206,78	2.750,12	

Impacto do PL 4330/04 sobre o serviço público será “devastador”, afirma professor de sociologia da USP

Em entrevista ao JJ, Ruy Braga explica que PL aumenta a exploração do trabalho no Brasil, por outro lado, ele analisa que fortes mobilizações trabalhistas podem ocorrer no país

Por Caê Batista

O plenário da Câmara Federal analisará o PL 4330/04. Chamado de ‘PL da terceirização’, o projeto permitirá que todas as atividades nas industriais e nos setores de serviços no país sejam terceirizadas.

De autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que compõe a base de apoio parlamentar da presidenta Dilma Rousseff (PT), a proposta está sendo muito criticada por sindicatos de trabalhadores, que na última semana impediram que ela fosse votada na CCIJ.

“(Caso transformado em lei) a terceirização passa a atingir o coração das próprias empresas, então tende a chegar àquele tipo de situação em que a empresa que coloca a marca não terá nenhum empregado contratado”, explica o professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) Ruy Braga.

Em entrevista ao Jornal do Judiciário, Ruy Braga explica que o impacto da aprovação do PL pode ser “devastador” para o serviço público. “Se você abre a possibilidade de terceirizar as atividades fim isso significa [...] que serviços públicos passam a ser passíveis de terceirização, que podem ser adaptados a essa nova realidade”, diz.

O que o PL 4330/2004 representará aos trabalhadores caso seja aprovado?

Basicamente a implantação de um modelo de organização e controle do trabalho, a chamada flexibilidade total, porque até o momento a legislação brasileira impede que atividades fim sejam terceirizadas. E a partir do momento que essas atividades possam ser terceirizadas, você muda o patamar padrão da exploração da força de trabalho. Porque a terceirização passa a atingir o coração das próprias empresas, então tende a chegar àquele tipo de situação em que a empresa que coloca a marca não terá nenhum empregado contratado.

Isso abre uma franja muito grande para todo tipo de exploração e de compreensão salarial dos trabalhadores.

Você diria, então, que o PL acaba consolidando uma prática já bastante avançada de relações de trabalho no Brasil?

Sem dúvida. A taxa de terceirização e a taxa de flexibilização do trabalho no Brasil crescem nos últimos dez anos, ano após ano. Então ela só cresce. Até o momento, é um crescimento quantitativo importante, no entanto, ele não foi capaz de dar um salto de qualidade. A legislação impede a terceirização da atividade fim, com esse projeto de lei, se for aprovado, aí sim você muda a qualidade da relação trabalhista.

Você disse que o crescimento da terceirização aumentou nos últimos dez anos, que foram os anos de governo do Partido dos Trabalhadores...

Sim, sem dúvida. É claro que é um modelo que é herdado da década de 1990, que é década da

reestruturação produtiva e do ajuste estrutural da economia brasileira aos mercados financeiros, à economia globalizada, ao aumento da competição em alguns setores. Mas, sem dúvida nenhuma, que esse modelo consolida-se e acaba se aprofundando nos governos do PT.

Uma das principais propagandas do governo do PT é a geração de empregos com carteira assinada. Qual é a relação entre essa propaganda do governo e a precarização do trabalho com o crescimento da terceirização?

O processo da precarização do trabalho é bifronte, ou seja, ele tem duas grandes dimensões. A primeira delas é a contratual. E de fato você não tem um aprofundamento radical da precarização contratual durante os últimos dez anos. Vamos dizer assim, o aumento da contratação formal é positivo, pelo fato de que coloca os trabalhadores dentro do guarda-chuva da previdência, de um mínimo de proteção social. E de fato você teve um aumento da formalização do trabalho nesse último período.

“... as condições de trabalho no Brasil nos últimos dez anos se deterioraram.”

No entanto, a precarização no trabalho ela não é apenas contratual, ou seja, apenas na questão do acesso a um determinado conjunto de direitos, em especial aos direitos sociais e trabalhistas. Você tem a dimensão propriamente real, ou seja, as condições de trabalho. E nesse quesito, as condições de trabalho no Brasil nos últimos dez anos se deterioraram.

Você teve um aumento no número de acidentes do trabalho, você teve aumento no número de adoecimentos do trabalho, você teve aumento na taxa de terceirização, você teve aumento na taxa de flexibilidade no trabalho, quer seja a flexibilidade da jornada de trabalho quer seja a flexibilidade funcional. Você, fundamentalmente, teve um impressionante aumento da taxa de rotatividade no trabalho.

O que significa que as empresas estão utilizando largamente desse modelo de flexibilidade de contratar e de demitir para aumentar as suas taxas de exploração do trabalho. A precarização existe na medida em que paga-se mal e as condições de trabalho estão cada dia mais duras.

Como você vê o impacto desse PL para o serviço público?

O impacto é devastador, porque se você abre a possibilidade de terceirizar as atividades fim isso significa que no serviço público, núcleos mais ou menos protegidos e importantes de trabalhadores, atividades, serviços passam a ser passíveis de terceirização.

O que significa que basta esperar que os trabalhadores mais velhos se aposentem, aí você co-

meça a terceirizar atividades fim de todo o serviço público. Um exemplo mais ou menos banal é o dos professores. Hoje, você não pode terceirizar o professor pelo simples motivo de que se trata de uma atividade fim no sistema de educação.

Mas a partir da aprovação do PL será possível adaptar a contratação a essa nova realidade. Você pode, inclusive, formar cooperativas de professores para prestar serviços para o Estado. Isso seria um desastre do ponto de vista da carreira e da qualidade.

Em seus artigos e em sua obra mais recente – A política do precariado – você aponta um futuro que está em aberto. Recentemente tivemos as manifestações de rua. O que o futuro pode nos reservar na medida em que as condições econômicas vêm se “precarizando”?

O que eu consigo identificar no curto e médio prazo é uma retomada de mobilizações quer seja desses tais movimentos precarizados - que entraram nos últimos dez anos no mercado de trabalho, que agora efetivamente estão tirando as conclusões das experiências com as empresas e com o Estado, e isso favorece a um processo de mobilização dos setores mais precarizados -, quanto também de setores tradicionais da classe trabalhadora brasileira, sindicalizada, porque eles também estão percebendo que as condições estão ficando cada vez mais duras. E os discretos ganhos salariais obtidos no último período não compensam esse aumento da taxa de exploração.

Isso significa que, basicamente, eles acabam se mobilizando, num ritmo diferente dos setores mais precarizados, mas de qualquer maneira, num ritmo consistente. Basta você ver o número de horas paradas de 2008 para 2012, todo ano sobe. De 2011 para 2012, o crescimento foi na ordem de 70%. Então, eu acredito que o futuro imediato e de médio prazo nos prepara um cenário de intensificação do ritmo de mobilização popular e também trabalhista.



Fac-símile da mais recente obra de Ruy Braga, onde ele “nos propõe uma leitura inovadora da história social do Brasil, do populismo fordista ao lulismo hegemônico atual, tendo como vetor analítico a ‘política do precariado’”.

No TRF-3 servidores fazem assembleia para debater custeio do plano médico

Reunião será dia 12 de setembro, 14h, no saguão do prédio. Participe!

Quinta-feira, 12 de setembro, os servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região vão debater a forma de custeio do plano médico em assembleia setorial. A reunião começa às 14h, no saguão do prédio.

De acordo com o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte, a ideia é debater e elaborar outra forma de custeio do plano de saúde. A atual tabela de custeio, além de ter sido imposta pela presidência do TRF-3, acaba prejudicando os servidores com os menores salários.

Na última reunião entre o Sintrajud e a administração do tribunal, a juíza em auxílio à presidência do TRF-3, Noemi Mar-

tins, disse que a “negociação está aberta”. No encontro, o diretor geral do órgão, Amelino Custódio, disse que os cálculos do custeio podem ser refeitos a qualquer momento. “Não tem por que não rever”, afirmou.

Os servidores também cobram empenho do TRF-3 nas gestões sobre os parlamentares no processo de elaboração e votação do Projeto de Lei Orçamentária (PLO) para 2014. Enviado à Comissão Mista de Orçamento no último dia 30, o PLO 2014 prevê reajuste de 23,88% na rubrica de auxílio-saúde do TRF-3. Já para a Justiça Federal de 1ª instância, o reajuste presente no anexo do projeto de lei é de 34,12%.



Em assembleia, servidores do TRE-SP debatem viabilidade de contratação de plano de saúde

Servidores também denunciam condições de trabalho no anexo 3 e no arquivo do TRE-SP

O Sintrajud está buscando junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) os dados necessários aos estudos para verificar a viabilidade de contratação de um plano de saúde pelo próprio tribunal.

Sem saber com detalhes quantos servidores e dependentes existem no TRE-SP - e suas respectivas faixas etárias -, não é possível fazer um levantamento sobre a contratação de plano de saúde. Essa foi a ava-

liação feita pelos servidores na assembleia setorial realizada na quarta-feira, 28.

O acesso aos dados possibilitará uma pesquisa sobre a possível contratação de planos de saúde, e também pressiona a administra-

ção do tribunal a buscar uma solução para o problema, embora se reconheça que ela pode demorar.

Na assembleia, os servidores também denunciaram as condições de trabalho no anexo 3 e no arquivo do TRE-SP.

Servidores dizem ao STF que projeto só para juízes é desrespeito com a categoria

Diretor-geral do Supremo recebe dirigentes da Fenajufe, diz que levará questão a Joaquim Barbosa e informa que parecer sobre reenquadramento é favorável

Por Hécio Duarte Filho

Dirigentes da Fenajufe levaram ao diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, a insatisfação da categoria com o tratamento salarial diferenciado que voltou a ser dado entre magistrados e servidores. Cobraram ainda medidas que assegurem recursos para aprovar e implantar o Projeto de Lei 319/07, que institui o adicional de qualificação para técnicos judiciários com graduação de nível superior. Também solicitaram resposta ao pedido de correção do enquadramento dos servidores na tabela salarial. O não encaminhamento ao Congresso do projeto de lei do TSE que prevê a isonomia entre chefes de cartório da capital e do interior também foi mencionado.

Na reunião ocorrida na tarde de sexta-feira, 6, Miguel Fonseca ouviu as críticas dos servidores ao en-

vio ao Congresso pelo STF de um projeto de reajuste salarial exclusivo para magistrados e assumiu o compromisso de levá-las ao ministro Joaquim Barbosa. Questionado sobre a não inclusão de previsão de recursos para o PL 319 na proposta orçamentária do Judiciário, respondeu que o presidente do STF vai tratar do assunto pessoalmente com a presidenta Dilma Rousseff. Não explicou, porém, porque as negociações com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento não avançaram.

Quando a reunião abordou o reenquadramento na tabela, Fonseca chamou dois membros da Assessoria Jurídica da Direção-Geral para informar como anda a questão. Eles disseram que o parecer sobre o assunto está sendo concluído e anteciparam que a avaliação já é favorável - com a concessão de dois padrões para cada servidor na tabela. O parecer deverá ser



06.09.13 - Adilson participa de audiência com DG do STF

apresentado nos próximos dias.

Participaram da reunião os dirigentes da federação Adilson Rodrigues, Eugênia Lacerda, João Batista, Luis Claudio e Edmilton Oliveira. “Foi um grande desrespeito do STF ter encaminhado um projeto de lei que buscar fa-

zer frente à inflação apenas para juízes. Chamamos a categoria a acompanhar este esforço de pressão sobre a cúpula [do Judiciário], participando e organizando as atividades chamadas pela federação”, conclama Adilson, que também integra a direção do Sintrajud.

Estão abertas as inscrições para a eleição da nova diretoria de base

Diretor de base é o elo entre o local de trabalho e o Sintrajud. Sua atuação é fundamental para a defesa de direitos e na organização da categoria

Estão abertas as inscrições para a eleição da nova diretoria de base do Sintrajud. Iniciada em 3 de setembro, elas vão até o dia 12. Os eleitos serão o elo entre os servidores, seu local de trabalho, e a direção executiva da entidade. Mais informações em www.sintrajud.org.br

Junto com a Diretoria Executiva e os representantes do Núcleo de Aposentados, a Diretoria de Base integra o Conselho de Base do Sintrajud. Trata-se de uma instância deliberativa da entidade, onde são debatidas e aprovadas as propostas da categoria a serem encaminhadas pelo Sindicato. Acima do Conselho de Base, como fórum deliberativo, estão a assembleia geral e o congresso estadual da categoria.

A diretoria de base foi fundamental para que a categoria obtivesse todas as suas conquistas ao longo desses 18 anos de existência do Sintrajud. Estamos vivendo, entretanto, anos de arrocho salarial, por conta



Kit Gaion

da política do governo federal de sucateamento do serviço público.

A cada dia vemos que as condições de trabalho se deterioram, as terceirizações avançam, os órgãos superiores nos impõem metas – sempre mais ousadas. Junto a isso, sofremos com o crescimento do volume processual e, principalmente,

com a falta de reposição salarial.

Há também a falta de reajuste dos benefícios, o que acaba se tornando um rebaixamento indireto dos salários. Neste ano, todos os segmentos do Poder Judiciário sofreram, por exemplo, pesados reajustes nos planos de saúde.

Para completar esse quadro, esta-

mos vivendo sob a gestão do assédio moral. Resultado de uma macabra equação entre o “estado de coisas” descrito acima e o autoritarismo reinante em tribunais, fóruns e secretarias, o assédio moral tem se tornado uma prática comum dentro do Judiciário Federal.

Os exemplos acima mostram aquilo que todos já sabem: as nossas condições de vida dos estão cada vez mais duras.

A diretoria do Sintrajud indica a organização da categoria como um caminho a ser construído e trilhado. Dito de outra forma: somente a nossa organização pode nos ajudar a enfrentar e superar essa situação. Organizados, nós servidores podemos debater as nossas condições de trabalho e de vida, buscando encontrar soluções coletivas para os nossos problemas. E o papel da diretoria de base é fundamental para que o Sindicato continue essa luta!

Perguntas e respostas sobre a Diretoria e o Conselho de Base

Quem pode ser eleito Diretor de Base?

Qualquer associado com, no mínimo, duas contribuições mensais ao Sintrajud pode candidatar-se à diretoria de base. Além disso, o candidato tem que obter, no mínimo, 5% dos votos dos associados no seu local de trabalho, desde que esse número seja igual ou superior a cinco votos.

Quantos Diretores de Base podem ser eleitos por local de trabalho?

Pelo estatuto do Sintrajud, um mínimo de 5 a 9 associados po-

dem eleger 1 (um) diretor de base; entre 10 e 25 associados, elegem 2; de 26 até 75, elegem 3, de 76 até 100, elegem 4; e de 101 em diante, cada 100 associados elegem 1 diretor de base.

Quais são as atribuições da Diretoria de Base?

A Diretoria de Base é uma instância deliberativa do Sintrajud, que pode participar das reuniões ampliadas periódicas da diretoria executiva, ou realizar reuniões específicas, sempre em consonância com as deliberações

da assembleia geral e às normas estatutárias. À ela caberá manter permanente contato com as atividades e deliberações do Sindicato, promover reuniões nos respectivos locais de trabalho, convocar assembleias para discussão de questões específicas e assembleias regionais (no caso das subsedes regionais) visando mobilizar a categoria, levar ao conhecimento da diretoria executiva as reivindicações locais democraticamente definidas, e reunir-se no Conselho de Base para trocar informações.

O que é o Conselho de Base?

É uma instância deliberativa do Sintrajud. Suas decisões são superiores às da Diretoria Executiva, estando abaixo apenas das assembleias gerais e do Congresso Estadual da categoria. O Conselho de Base é composto pelos diretores de base, representantes do Núcleo de Aposentados e pela diretoria executiva. Suas reuniões são trimestrais, de acordo com o estatuto do sindicato, e nessas reuniões são debatidas as bandeiras de luta e formas de atuação da categoria.

Fala Servidor



Joca Duarte

“A diretoria de base é importante pelo contato com servidor, para trazer esse servidor para o sindicato, para a luta. Além disso, o diretor de base leva o que está acontecendo na esfera política e administrativa para a categoria”.

Ester Nogueira, oficial de justiça da JF e diretora de base.



Jesus Carlos

“A Diretoria de Base é o sindicato de verdade, é o contato do sindicato com a base, seu vaso capilar. O Sindicato não é só (a sua sede) no centro (da cidade). A importância da Diretoria de Base é essa!”.

Romeu Meireles, da JT/Barueri, diretor de base



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Lúcia Rodrigues | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13 mil exemplares

